

A GEOGRAFIA REGIONAL SOB O ENFOQUE DO MÉTODO ESTRUTURALISTA: ANALISANDO A REGIÃO DO PANTANAL MATO- GROSSENSE, BRASIL¹

Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima²
Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa³

Resumo

Este trabalho analisa a construção do saber geográfico no tocante à geografia regional, apresentam-se as correntes filosóficas e os métodos pertinentes, com o intuito de discutir o modo de aplicação do método estruturalista em um estudo acadêmico sobre a organização e funcionamento de cadeias e arranjos produtivos da pecuária bovina no pantanal mato-grossense, no Brasil. Em verdade, a “tensão” ideológica das escolas alemã e francesa promoveu um cenário favorável para a ascensão da geografia regional e o seu conceito elementar, a região. Todavia, esta vertente recebeu as influências de correntes filosóficas e de seus respectivos métodos científicos. Entretanto, o método estruturalista, que desenvolve a noção de um sistema articulado em estruturas sociais, as quais garantem acesso à coesão e coerência ou a outros modelos mais eficientes, é competente para analisar a realidade compreendida na área de estudo, sobretudo o que se refere à dinâmica socioespacial de uso e ocupação do espaço, o modo de produção e a divisão social do trabalho.

Palavras-chave: epistemologia; geografia regional; estruturalismo; pantanal.

¹Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto “Aspectos Socioeconômicos do Pantanal Norte Mato-Grossense”, sob a coordenação da Dr^a Onélia Carmem Rossetto, vinculado ao Grupo de Estudos de Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal (GECA), Instituto Nacional de Áreas Úmidas (INAU) e Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP); e no curso “Teoria da Região e Regionalização” ministrada pela co-autora no referido programa.

² Mestrando em geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Bolsista da CAPES/CNPQ. Integrante do GECA/INAU/CPP. Departamento de Geografia. ICHS-UFMT. CEP 78.060 900. Cuiabá/MT, Brasil. Email: diogomdelben@gmail.com.

³ Professora do programa de pós-graduação em geografia da UFMT. Departamento de Geografia. ICHS-UFMT. CEP 78.060 900. Cuiabá/MT, Brasil. Email: tccardoso1@gmail.com

Introdução

A institucionalização da geografia como ciência a partir do século XIX na Europa, promovida sob a geopolítica de expansão e dominação territorial, fez emergir as escolas da França e Alemanha e suas concepções sobre o espaço. Inicialmente, as teorias concentravam-se nas teses possibilista e determinista, que enfatizam a atuação do homem sob o meio em que vive, contudo, novas propostas teórico-metodológicas se inseriram no debate acadêmico e também científico, favorecendo a evolução do conhecimento geográfico, a formação de uma nova vertente e de outro conceito, sendo estes a geografia regional e a região, respectivamente.

Sposito (2004) explica, citando Gomes, que analisar no viés da geografia regional e discutir a região implica adentrar em várias questões, da política e da organização do Estado e de seu território, da dinâmica social e cultural, além de envolver necessariamente a inclusão de temas transversais, como direitos e deveres. Para Lencione (2003), esta tarefa é realizada pela necessidade de se aprofundar no contexto global, sobre as dinâmicas relações estabelecidas pelo meio técnico-científico-informacional, e certamente, pelo avanço dos blocos regionais e as conseqüentes disparidades intrarregionais.

Tão logo, a discussão em tela proporciona avançar para a compreensão e adoção de uma postura teórico-metodológica a ser desenvolvida no âmbito de uma dissertação de mestrado sob o título: *A importância socioeconômica da cadeia produtiva da pecuária bovina na região compreendida pelo bioma do pantanal, estado de Mato Grosso, Brasil*. Para tanto, este trabalho analisa as concepções relacionadas à geografia regional e a construção do conceito de região, considerando as correntes filosóficas e os métodos utilizados em seu entendimento, priorizando a abordagem estruturalista.

É sabido que a região pantaneira precisa se inserir em um modelo de crescimento e de desenvolvimento humano e social que se convencionou em chamar de *sustentável*. E isto só ocorrerá quando esta realidade regional for decifrada, reunindo as melhores possibilidades de equilibrar a relação entre o homem e a natureza, dificultando a imposição de reducionismos locais ou o estabelecimento de padrões socioeconômicos nacionais e internacionais nada acessíveis.

Geografia regional e a região

Lencione (2003) partindo do pressuposto que o conhecimento geográfico é anterior a institucionalização da ciência geográfica, inclusive da geografia regional, acredita que o conceito de região se construiu a partir da ideia de um *todo* determinado conforme o entendimento do que era o mundo, assim cada cultura ou civilização, em seu peculiar momento histórico, construía a sua própria proposta de regionalização. Entretanto, a discussão teórico-filosófica sobre o conceito de região é ainda mais complexa, encontrando nos gregos, em razão da expansão destes na Antiguidade pela Ásia e Europa, as primeiras impressões sobre os lugares feitas metodologicamente por comparações.

O surgimento da geografia como ciência remete ao século XIX, quando surgiu a necessidade de que uma área do saber fornecesse subsídios para a expansão territorial dos Estados-nacionais europeus, fortalecendo assim, o crescimento econômico em bases capitalistas de produção. De pronto, a ciência geográfica se apresentou útil para conhecer as diversas regiões do globo, os seus atributos físicos e humanos, tão necessários para legitimar a dominação das sociedades hegemônicas.

Os estudos dos geógrafos alemães, percussores da geografia moderna, Alexander Von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859), que em suas viagens destacavam simetrias e diferenças regionais, contribuíram na sistematização do conhecimento geográfico ainda que cada qual com seu próprio método de trabalho, enquanto Humboldt privilegiava as paisagens, Ritter analisava a região, sendo este responsável pelo surgimento de uma *geografia geral comparada* e pelas bases da *geografia regional* como aponta Lencione (2003).

Todavia, outro alemão, Friedrich Ratzel (1844-1904) foi o responsável por incorporar à geografia as pretensões de uma ciência política, afirmando que as condições naturais do espaço eram determinantes para a ocupação do espaço vital e que a exploração de um território fazia-se necessária “para estruturação do Estado e equilíbrio da sociedade” em acordo com análise de Higa (2003, p.42).

Em oposição à Escola Alemã, o geógrafo francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918) amenizou a importância dos recursos e atributos do espaço e atribuiu ao indivíduo, um sujeito ativo, certo poder na superação destes obstáculos. Os postulados da escola

francesa sustentaram a ideia do *possibilismo geográfico* e a abordagem teórica-metodológica da *diferenciação de áreas*, essencial para uma das vertentes da geografia regional, a qual Alfred Hettner (1859-1941) e Richard Hartshorne (1899-1992), estudiosos alemão e norte americano, respectivamente, dedicaram especial atenção, quando Hartshorne defendeu a interpretação da região a partir das relações e dos arranjos de objetos e categorias, já Hettner destacando as singularidades locais e a interpretação dos seus elementos constituintes (postura idiográfica), sem perder de vista a identificação de áreas distintas (postura Nomotética), assim consta na apreciação de Sposito (2004).

Todavia, a geografia regional se fortaleceu com a crise da geografia “oficial”, Lencione (2003) diz que a dicotomia dos estudos físicos e humanos, das visões possibilistas e deterministas e de seus métodos implicaram em uma perigosa tendência a separação da ciência geográfica em ciência da natureza e ciência do homem. Deste modo, o estudo da região passou a ser visto como competente para explicar o “espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço”. (*ibidem*, p.100).

Então a tarefa da geografia regional recebeu as influências de diversas correntes filosóficas que imprimiram igual número de abordagens, as quais Lencione (2003) disserta: a) pelo neokantismo com a retomada dos postulados de Hettner e Hartshorne ancorados na diferenciação de áreas a partir de critérios subjetivos;

b) com o positivismo lógico defensor da classificação de regiões com o emprego de métodos quantitativos, estatísticos e matemáticos e de conceitos como funções regionais muito próximos da análise estruturalista, que ainda teve forte apoio da Nova Geografia e Geografia Ativa e bem recebida no Brasil devido sua aproximação com a escola francesa, em especial no IBGE;

c) a fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1918) inseriu os fenômenos como objeto de preocupação, priorizando a consciência e a percepção do indivíduo sobre o espaço (vivido, construído socialmente). Assim, surge uma geografia humanista, raiz de outras geografias como cultural, da religião etc.

d) o marxismo de Karl Marx (1818-1883) e de Friedrich Engels (1820-1895) também ensaiou aspirações humanistas, ao explicar o sistema econômico e a luta de classes

encontrou as origens dos problemas sociais e não somente os processos de reprodução social. Esta análise promoveu a conhecida Escola Radical ou Crítica.

e) em uma situação mundial *sui generis* marcada pela globalização e pelos seus efeitos na pós-modernidade ou crise da modernidade, tem-se a difusão de ideias contrárias ao dogmático entendimento das verdades prometidas por outras correntes, os discursos universais são questionados em homenagem às diferenças e a heterogeneidade.

No Brasil, o pioneirismo dos estudos regionais deve-se a atuação do padre português Manuel Aires de Casa. Analisando o legado do estudioso supracitado, Lencione (2003) pondera que o mesmo preferia a observação e a compilação de documentos com os devidos registros históricos e dos aspectos naturais. No período imperial, a geografia regional reafirma as mesmas pretensões de outrora, quando Candido Mendes de Almeida apresenta o *Atlas do Império* dividindo o território pátrio para uma “melhor ocupação” pelo poder estabelecido e também pela Igreja, além de supostamente reforçar a identidade nacional (*ibidem*).

Contemporâneos, os geógrafos Milton Santos (1926-2001), Paulo Cesar da Costa Gomes, Sandra Lencione e Roberto Lobato Correa destacam-se como expoentes da geografia regional brasileira, em especial na construção das teorias desta área.

Sposito (2004, p. 104) atribuiu à Milton Santos a colocação de que a região é “a síntese concreta e histórica desta instância espacial ontológica dos processos sociais, produto e meio da produção e reprodução de toda vida social”. Próxima das ideias de Santos, Lencione (2003) ao escrever sua tese de livre docência e ao publicá-la como livro de título *Região e Geografia*, expõe transparente entendimento de que a região é fundamental para análise espacial e que esta precisa voltar-se para as particularidades regionais.. Ambas posturas se inclinam para uma interpretação marxista da geografia regional brasileira, consideram a região como um *todo*, composta por *partes*, por essência dialéticas.

Enquanto isso, Correa (2000) procura entender a região e a organização espacial, em sua análise são conceitos básicos da geografia que conduzem a *via geográfica* de conhecimento da sociedade, sobretudo das relações entre natureza e história. Gomes (2007)

ênfatiza as múltiplas aplicações do conceito de região, em dado momento aplicado no senso comum, em outro na esfera administrativa, nas ciências naturais indicando domínio, todavia, Gomes destaca que é na geografia que o conceito é operacionalizado com mais rigor, levando em conta o fundamento político, de controle e de gestão do território.

Método estruturalista

O estruturalismo é visto por Barthes (1967, p.58) como um *léxico*⁴, não é uma doutrina, uma escola, nem mesmo um movimento. Lepargneur (1972) complementa ao dizer que estruturalismo também não consiste em uma ideologia ou teoria profética, em verdade, faz frente à hipótese de progresso difundida no século XVIII e bem promovida pelo filósofo francês e fundador da escola positivista Augusto Comte (1798-1857), ao historicismo do alemão Friedrich Hegel (1770-1831) e materialismo histórico do compatriota Karl Marx, ao humanismo existencialista do francês Jean Paul Sartre (1905-1980), bem como às correntes *neo* (de renovação) que se sucederam.

O método estruturalista está intimamente ligado a noção de *estrutura*, entendida como conjunto de elementos que mantém relações entre si, estando envolvida pela concepção de *totalidade*, sendo fácil a compreensão de que a mudança na ordem de um elemento ou na relação que possui dentro de um sistema implica na modificação da estrutura como um todo (LEPARGNEUR, 1972). Cumpre explicar que estas mesmas relações (sociais) “constituem a matéria prima empregada para a construção dos modelos que permitem a própria estrutura manifestar-se” (VIET, 1973, p. 15).

Sobre a operacionalização do modelo, Makarius (1968, p 126), citando Claude Lévi-Strauss, afirma não se tratar “de um esquema que tem finalidade de transpor a realidade social, mas torna-se um modelo, ou mesmo a matriz, dos comportamentos sociais”. Lefebvre (1968, p.35) esclarece que “o modelo não é uma abstração intelectual, mas a reprodução mental daquilo que existe como um sistema”.

Lepargneur (1972) avalia que no estruturalismo, o significante é mais importante que o sentido, o que contraria as concepções historicistas e também existencialistas, isto

⁴ Conjunto de termos e significados próprios, o termo vem da lingüística, de análise léxica dos vocábulos de uma língua.

encontra correspondência na análise de Lefebvre (1968, p. 21) quando menciona Foucault atribuindo a Lévi-Strauss a seguinte revelação: “o sentido não é senão um efeito da superfície, reflexo ou espuma. O que nos atravessa e nos sustem, o que está ante de nós é o Sistema”. Avançando, o estruturalismo se preocupa em “situar cada fato, cada elemento significativo do real lugar-comum de certas relações que o definem, num determinado conjunto (*Ibidem*, p.07).

Então, a “atividade estruturalista” ocupa-se em conceber o objeto como um todo, articulado em um sistema, cujas as estruturas sociais lhe garantem o acesso a coesão e a coerência ou a busca por outros modelos mais eficazes. Sendo assim, a atividade estruturalista desenvolve duas operações essenciais, a primeira, de decomposição e a segunda, de arranjo.

Para Barthes (1967, p. 60), decompor é encontrar em um objeto “fragmentos móveis, cuja situação diferencial engendra um certo sentido; fragmento não tem sentido em si, mas é, entretanto, de tal forma, a menor variação trazida a sua configuração produz mudança no conjunto”. Complementando, as novas associações, feitas pelo arranjo, passam a atribuir um novo sentido, fora daquele de outrora, o objeto “não é nem o real e nem o racional, mas o *funcional* (...)” (*Idibem*, p.62).

O raciocínio de Lepargneur (1972) é ainda mais claro e autoexplicativo, o estudioso, em uma análise acurada, apresenta a lógica e o funcionamento do método estruturalista:

O estruturalismo é uma elaboração racional que possibilita a dedução a partir da construção de um modelo. As deduções são susceptíveis de confrontação com o real que lhes pode oferecer seja uma ratificação (nunca definitiva e absoluta), seja uma anulação que tendência a irrelevância do modelo. Trata-se, nesta última hipótese, de modificar o modelo para ajustá-lo melhor aos dados da experiência ou da observação. A noção de estrutura torna-se operativa e eficaz; A descrição estrutural opõe-se a descrição fenomenal, como a essência à aparência. Além disso, sendo uma teoria explicativa, permite justificar fatos aparentemente inexplicáveis e demonstrar sua coerência. Permite ainda, sendo um sistema hipotético-dedutivo verificável, deduzir o conjunto dos elementos que definem a descrição fenomenal do objeto (p.122).

Bem debatidos os postulados do estruturalismo, analisar-se-ão as teses levantadas por alguns intelectuais e suas respectivas contribuições na ciência.

Expressões e impressões dos “estruturalismos”

Lepargneur (1972, p.123) sustenta a existência de vários métodos ditos “estruturalistas”, que podem ser aplicados com êxito nas diversas áreas do saber, assim “cada uma das ciências que aspiram a metodologia estruturalista deve elaborar seu próprio método em referência com o seu objeto específico”.

Isto pode ser observado em alto relevo com os estudos e contribuições de intelectuais renomados, os quais pontuamos sem estender em questões mais profundas até pelo modesto conhecimento técnico dentro de outras ciências. Lepargneur (1972) relaciona as seguintes zonas onde o método estruturalista deixou sua marca.

A zona privilegiada, da linguística, do filósofo suíço Ferdinand Saussure (1857-1913), um dos principais expoentes da ciência questão, defendia a tese de que o homem é animal da palavra e a sociedade humana é uma sociedade com língua revelada a partir da cultura, quando um grupo comunga através do mesmo código.

A zona dos outros sistemas da comunicação, da semiologia, do francês Roland Barthes (1915-1980), seguidor de Saussure, propôs a diferença entre sistema e sintagma, o primeiro como reunião de elementos do mesmo gênero ou espécie com uma articulação significativa, já o segundo, uma coordenação dos termos e sentidos relacionados a um determinado setor da cultura.

A zona total, compreendida pelo restante das ciências humanas e sociais, da etnologia e antropologia do francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009), muito conhecido no Brasil por sua trajetória acadêmica na Universidade de São Paulo e seus estudos sobre tribos indígenas pelo interior do país, fez analisar as relações de parentesco através das oposições e relações entre seus elementos constitutivos e da comunicação cultural; a análise estrutural de Strauss contemplou também os mitos como expressões da cultura de uma sociedade que mantém as mesmas características humanas de outras.

O psicanalista francês Jacques Lacan (1901-1981) acreditava que o inconsciente, de forma vazia ou simbólica e de conteúdo inteligível, tem poder necessário para afrontar o sistema por meio de desejos, obsessões e fobias; tão logo, fazendo analogia a um sistema de

doença mental, Lacan reconhece os riscos do “significante⁵ de um significado⁶ recalcado fora da consciência do sujeito ou da sociedade que o manifestam” (*Op cit*, 1972, p. 67).

Avançando, o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) pensou que não existiria um sistema, mas muitos deles, que mantêm relações com vistas a um equilíbrio, mas que algumas vezes apresentam abalos na sua estrutura devido às dificuldades nas suas articulações. Entretanto, as estruturas existem e resistem. O filósofo Louis Althusser (1918-1990), apreciador da ideologia marxista, foi fiel ao propósito da reafirmação da importância das estruturas na realidade social ponderando que o centro da economia não está na pessoa humana, mas na realidade estrutural, que o homem não pode ser considerado centro da história e que a história é apenas categoria do conhecimento e não uma realidade concreta.

Encerrando com a última dimensão afetada pelo método estruturalista, tem-se a zona das ciências exatas, matemática, física, química, biologia e outras.

Críticas ao estruturalismo: positivismo, marxismo e existencialismo humanista

Estruturalismo e positivismo reservam semelhanças e diferenças, ambas as escolas anunciam a existência de leis e modelos que regem a sociedade, cuja tendência era o equilíbrio e o progresso. Rejeitam as ideias de movimento e de dialética, o que de fato importaria não era a causa ou essência das coisas, mas as suas relações. As duas escolas evidenciam a *razão*, contudo a escola de Comte defende uma linearidade no processo de desenvolvimento humano, onde o conhecimento alcançaria o topo – o estado positivo; menos pretensiosa, a escola estruturalista vê a evolução sem defender rigorosamente um ápice, mas o caminho a ser percorrido através do conhecimento a cerca das funções das estruturas. Até por estes argumentos, a escola positivista demonstrou-se mais forte nas áreas das ciências exatas, enquanto o estruturalismo avançou pelas humanidades.

O marxista Lefebvre (1968, p. 24) condena a visão estruturalista quando afirma que o referido método “é a ideologia da coexistência pacífica e da estruturação do mundo sob o signo da paz”, e que os seguidores preocupam-se em “estruturar a sociedade para assegurar a sua ordem”. Percebe-se claro antagonismo entre as correntes filosóficas, o estruturalismo

⁵ É concreto, tem materialidade física.

⁶ É abstrato, um conceito.

prevê de fato a coerência e o sentido das coisas (estruturas), enquanto o marxismo, em sua análise dialética sustenta exatamente o oposto – a contrariedade das relações sociais.

A diferença ideológica reside na interpretação da realidade social, para os marxistas a sociedade arca com o caos devido a manutenção do poder e a luta de classes. Na ótica estruturalista, a sociedade busca a harmonia em seus múltiplos sistemas, podendo ocorrer falhas nas articulações devido à existência de lacunas nas estruturas, estas falhas seriam provocadas por um *pensamento selvagem*⁷ derivado do *inconsciente*⁸ e contrário a coesão e a coerência.

Alinhado, Coutinho (2010) acusa os intelectuais estruturalistas de que, acometidos por uma sensação de “angústia” ou de “insegurança”, cada qual em seu tempo histórico, tenham elaborado posições filosóficas irracionistas ou pseudorracionistas, servindo a ideologia de uma burguesia dominante e a manutenção de uma ordem manifestamente injusta. E que isto tem se dado negando a história e sucessivamente com o temor de Comte ao “progresso anárquico”, com a defesa de Durkheim através do “espírito da disciplina” e com o privilégio das estruturas sociais de Strauss. Todavia, Barthes (1967) contesta e diz que o estruturalismo não menospreza a história, mas a relaciona com a forma e os conteúdos. Lepargneur (1972) ainda ressalta que a história é o lugar dos sentidos.

São nas palavras de Strauss, citadas por Lepargneur (1972, p. 131), onde se assentam as maiores críticas dos adeptos ao existencialismo humanista, ao constatar que “o mundo começou sem o homem e terminará sem ele. As instituições, os costumes que teria passado minha vida a inventariar e compreender são uma eflorescência passageira (...)”. Evidenciam-se enfoques opostos, os estruturalistas não veem:

o homem rico de certos sentidos, mas o homem fabricante de sentidos, como se não fosse de maneira nenhuma o conteúdo que esgotasse os fins românticos da humanidade, mas o ato pelo qual esses sentidos variáveis, históricos, contingentes, são produzidos. (Barthes, 1967, p. 62)

⁷ Termo utilizado por Claude Lévi-Strauss.

⁸ Lefebvre é quem destaca a importância que as estruturas inconscientes tem no estruturalismo, isto se evidencia pelos estudos de Lacan na psicanálise.

Para o existencialismo humanista, a existência humana é objeto, só nela há significados pela manifestação da subjetividade do ser humano. Do mesmo modo, a fenomenologia de Husserl, vista por alguns como uma filosofia e não como um método científico, cuja análise e descrição faz pelo *vivido* do homem e a *essência* da percepção e da consciência, vem de encontro com a postura estruturalista que, ainda sendo um “nobre ideal”, não admite uma preocupação humanística muitas vezes forjada ou como dito por Claude Lévi-Strauss de “mediocre alcance, gênero literário, discurso político ou pura demagogia” (LEPARGNEUR, 1972, p.131).

Aplicando o método estruturalista em um estudo

Pensar a realidade social pelo viés estruturalista, ao que parece, não leva o intérprete à superficialidade de tratar de aspectos físicos ou humanos desvinculados de um contexto regional, pelo contrário, consiste justamente na análise articulada de um sistema e de suas estruturas, em que caminha a sociedade.

É com esta preocupação que o estudo deste autor sobre a pecuária na região compreendida pelo bioma do pantanal mato-grossense, estado de Mato Grosso, Brasil, está fundamentado, não se pretende encontrar meios e recursos que visem apenas o aumento da produtividade ou a redução de custos, mas todo um conjunto de práticas que garantam a sustentabilidade em seus íntimos aspectos, trata-se de buscar a coesão e coerência possível dentro do arranjo produtivo regional.

Ferreira (2002, p 61) entende que a escola estruturalista teve forte influência na geografia ao propor a teoria da combinação agrícola, “entendida como fato dinâmico e como um fenômeno que ocupa uma superfície”. Avalia ainda, pertencer a uma geografia quantitativa, de caráter classificatório, usando para tanto modelos estatísticos e matemáticos.

A priori, poderia ser considerado que o objeto de estudo seria a região do pantanal mato-grossense bem definido pelo Programa de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (BRASIL, 1997) em uma área superior a 360.000km², constituindo a unidade estratigráfica de maior extensão compreendida pela bacia do Rio Paraguai, encontrando como limites ao norte as cidades de Cáceres, Cuiabá e Poconé; ao sul, a fronteira Brasil e Paraguai; à leste,

A Geografia Regional sob o enfoque do método estruturalista: Analisando a região do Pantanal matogrossense, Brasil

Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima, Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa

as cidades de Miranda, Aquidauna e a oeste, os países Paraguai e Bolívia. Como pode ser observado nesta ilustração.

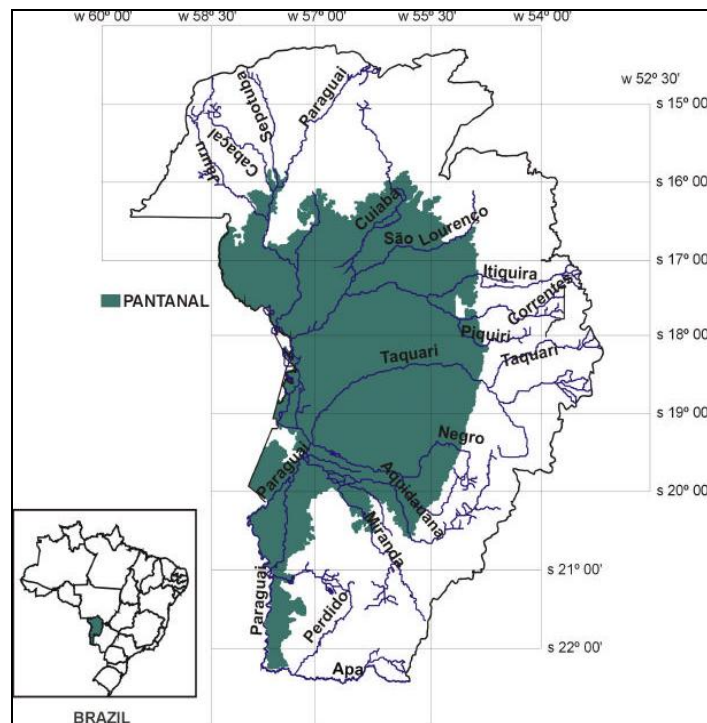


Figura 1. Distribuição do pantanal no território nacional.

Fonte: SOUZA, Claudimar Pereira e CARVALHO, Kelly Cristina (2010)

Mas esta proposta não atende os objetivos do trabalho, está alicerçada basicamente nos critérios da diferenciação de áreas. Convém então, entender que a tradicional atividade econômica da região, a pecuária, mesmo com baixos índices de produtividade e com um sistema de produção “preso” aos períodos de cheia e seca (MORAES, 2008), a qual é atribuída boa parte da responsabilidade pelo passivo ambiental, compõe um sistema produtivo movido pelas estruturas vistas como cadeias produtivas ou arranjos produtivos.

Um bom modo de interpretação destas estruturas se extrai adotando-se a metodologia de análise de política (MAP), elaborado inicialmente em 1981 em Portugal e devidamente reconhecido pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Vieira et al (2001) ensina que a abordagem do MAP cuida da contabilização das receitas, dos custos dos insumos e de fatores da

produção, e também dos lucros auferidos. Revela ainda que são analisados as parcerias e os corredores de escoamento até o destinatário final do produto. Por fim, tem-se um relatório de competitividade.

Grosso modo, é nítida a instabilidade da cadeia produtiva da carne, tanto no cenário nacional como no internacional, Silva et al (2002) citando Suzuki Junior constata que as relações econômicas estabelecidas no setor são “antiquadas, caracterizadas pelo desuso de contratos de fornecimento, pela intensa atuação de intermediários e pela elevada influência da especulação no processo de formação de preços” (*Ibidem*).

Moraes (2008) considera que a produção pecuarista ocorre por grandes propriedades rurais, que estabelecem diversas relações econômicas entre si, quando se percebe a dinâmica produtiva “presa” ao regime das estações do ano, as fazendas do “baixo” (áreas onde alagam), deslocam o rebanho para as do “alto” (áreas não alagáveis), ocorrendo também outra tradicional divisão de competências, algumas fazendas voltam suas atividades para a cria, outras recria e demais para engorda.

Cumpra também entender melhor a rede de atores sociais envolvidos no processo, bem como a espacialização da cadeia produtiva e seus arranjos na região do pantanal e fora dela inclusive, desde as áreas produtoras, passando pela industrialização, escoamento da produção até a sua comercialização. Não obstante, temos uma regionalização da cadeia produtiva da carne bovina na região do pantanal mato-grossense.

Considerações finais

A amplitude do conhecimento geográfico proporciona distintos enfoques e abordagens, assim também ocorre quando se trabalha em uma das suas vertentes – da geografia regional. De tal modo, o conceito de região, essencial no aprimoramento deste saber, tem merecido a atenção dos geógrafos e até de não geógrafos em seus estudos, cada qual amparado por um método.

O estruturalismo, ou melhor, a concepção estruturalista, apresenta-se útil e adequada para elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos, quando se preocupa em entender o objeto a partir de uma visão de *totalidade*, dentro de um sistema em funcionamento pelas estruturas sociais, que *a priori* tendem a coesão e a coerência. Em suma, o método

A Geografia Regional sob o enfoque do método estruturalista: Analisando a região do Pantanal mato-grossense, Brasil

Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima, Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa

estruturalista permite uma análise que considera a dinâmica social, os seus múltiplos sistemas e as diversas relações estabelecidas (econômicas, políticas, culturais, ambientais etc)

O pretendo estudo sobre o sistema produtivo da pecuária no pantanal mato-grossense apoiado no método estruturalista pode contribuir de forma significativa no melhor entendimento sobre a importância do setor e da classe para a economia local, regional e até nacional, bem como fornecer elementos importantes sobre o papel dos atores sociais e das instituições como iniciativa privada, movimentos sociais e poder público. Assim, alcançar-se-á um parecer sobre a realidade regional e suas estruturas.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. A atividade estruturalista. *In*: ESCOBAR, Carlos Henrique. **O método estruturalista**. Rio de Janeiro. Zahar editores, 1967.

BRASIL. **Plano de conservação da Bacia do Alto Paraguai**. P.N.M.A. Brasília, 1997.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7 ed. São Paulo. Ed. Ática, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo. Editora UNESP. 2002.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO. Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CÔRREA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

HIGA, Tereza Cristina Cardoso de Souza. **O Enfoque regional na sistematização do conhecimento geográfico**. Revista Mato-Grossense de Geografia. Departamento de Geografia. Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso. Ano 07/08. Dez 2003/2003. Ed Universitária. 103 p.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

A Geografia Regional sob o enfoque do método estruturalista: Analisando a região do Pantanal mato-grossense, Brasil

Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima, Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa

LEFEBVRE, Henri. Claude Lévi-strauss e o novo eleatismo. *In*: LEFEBVRE, Henri. GOLDMANN, Lucien. MAKARIUS, R. e L. **Debate sobre o estruturalismo**. São Paulo. Ed Documentos LTDA, 1968

LEPARGNEUR, Hubert. **Introdução aos estruturalismos**. São Paulo. Ed Herder, 1972.

MAKARIUS, R. e L. **Estruturalismo**. *In*: LEFEBVRE, Henri. GOLDMANN, Lucien. MAKARIUS, R. e L. Debate sobre o estruturalismo. São Paulo. Ed Documentos LTDA, 1968.

MORAES, André Steffens. **Pecuária e conservação do Pantanal. Análise econômica de alternativas sustentáveis – o dilema entre benefícios privados e sociais**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, tese de doutorado apresentado ao programa de pós-graduação, 2008.

SILVA et al. **Caracterização e potencialidades do agronegócio da bovinocultura de corte no pantanal mato-grossense**. Disponível em <http://www.cpap.embrapa.br/teses/online/MON11.pdf>. Acessado em 15 de agosto de 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo. Editora UNESP, 2004.

VIEIRA et al. **Cadeias produtivas no Brasil. Análise da competitividade**. Brasília. Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia. Secretaria de Administração Estratégica, 2001.

VIET, Jean. Escobar, Carlos Henrique de (trad). **Métodos estruturalistas nas ciências sociais**. Tempo brasileiro. Rio de Janeiro, 1973.